RELATÓRIO**sobre as contas anuais do Instituto Europeu para a Igualdade de Género relativas ao exercício de 2016
acompanhado da resposta do Instituto**

(2017/C 417/19)

INTRODUÇÃO

1. O Instituto Europeu para a Igualdade de Género (a seguir designado por «Instituto»), sediado em Vítlnius, foi criado pelo Regulamento (CE) n.º 1922/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho ⁽¹⁾. O Instituto recolhe, analisa e divulga a informação sobre a igualdade de género e concebe, analisa, avalia e divulga instrumentos metodológicos a fim de promover a integração da igualdade de género em todas as políticas da União e nas políticas nacionais delas decorrentes.

2. O *quadro* apresenta dados fundamentais sobre o Instituto ⁽²⁾.

*Quadro 1***Dados fundamentais sobre o Instituto**

	2015	2016
Orçamento (em milhões de euros)	7,9	7,8
Total dos efetivos em 31 de dezembro ⁽¹⁾	42	45

⁽¹⁾ O pessoal inclui funcionários, agentes temporários e contratuais, bem como peritos nacionais destacados.

Fonte: dados fornecidos pelo Instituto.

INFORMAÇÕES EM APOIO DA DECLARAÇÃO DE FIABILIDADE

3. O método de auditoria adotado pelo Tribunal inclui procedimentos de auditoria analíticos, testes diretos das operações e uma avaliação dos controlos-chave dos sistemas de supervisão e de controlo do Instituto, completados por provas resultantes dos trabalhos de outros auditores e por um exame das tomadas de posição da gestão.

OPINIÃO

4. A auditoria do Tribunal incidiu sobre:

a) as contas do Instituto, que são constituídas pelas demonstrações financeiras ⁽³⁾ e pelos relatórios de execução orçamental ⁽⁴⁾ relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016;

b) a legalidade e regularidade das operações subjacentes a essas contas,

como exige o artigo 287.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE).

⁽¹⁾ JO L 403 de 30.12.2006, p. 9.

⁽²⁾ É possível encontrar-se mais informações sobre as competências e atividades do Instituto no seu sítio Internet: www.eige.europa.eu

⁽³⁾ As demonstrações financeiras incluem o balanço e a demonstração de resultados financeiros, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração da variação da situação líquida, bem como uma síntese das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

⁽⁴⁾ Os relatórios de execução orçamental incluem os relatórios que agregam todas as operações orçamentais e as notas explicativas.

Fiabilidade das contas*Opinião sobre a fiabilidade das contas*

5. Na opinião do Tribunal, as contas do Instituto relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 refletem fielmente, em todos os aspetos materialmente relevantes, a sua situação financeira nessa data, bem como os resultados das suas operações, fluxos de caixa e variação da situação líquida do exercício então encerrado, em conformidade com as disposições do seu Regulamento Financeiro e as regras contabilísticas adotadas pelo contabilista da Comissão. Estas baseiam-se nas normas de contabilidade internacionalmente aceites para o setor público.

Legalidade e regularidade das operações subjacentes às contas**Receitas***Opinião sobre a legalidade e regularidade das receitas subjacentes às contas*

6. Na opinião do Tribunal, as receitas subjacentes às contas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 são, em todos os aspetos materialmente relevantes, legais e regulares.

Pagamentos*Opinião sobre a legalidade e regularidade dos pagamentos subjacentes às contas*

7. Na opinião do Tribunal, os pagamentos subjacentes às contas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 são, em todos os aspetos materialmente relevantes, legais e regulares.

Competências da gestão e dos responsáveis pela governação

8. Nos termos dos artigos 310.º a 325.º do TFUE e do Regulamento Financeiro do Instituto, a gestão é responsável pela elaboração e apresentação das contas, baseadas nas normas de contabilidade internacionalmente aceites para o setor público, e pela legalidade e regularidade das operações subjacentes. Compete-lhe conceber, executar e manter controlos internos relevantes para a elaboração e apresentação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais, devidas a fraudes ou erros. A gestão é igualmente responsável por garantir que as atividades, as operações financeiras e as informações refletidas nas demonstrações financeiras estão em conformidade com as regras e a regulamentação aplicáveis. Cabe em última instância à gestão do Instituto a responsabilidade pela legalidade e regularidade das operações subjacentes às contas.

9. Ao elaborar as contas, a gestão deve avaliar a capacidade do Instituto para dar continuidade ao seu funcionamento, divulgando, se for caso disso, as questões relacionadas com essa continuidade e aplicando o princípio contabilístico da continuidade das atividades.

10. Cabe aos responsáveis pela governação a supervisão do processo de relato financeiro da entidade.

Responsabilidades do auditor relativamente à auditoria das contas e das operações subjacentes

11. O Tribunal tem por objetivo obter uma garantia razoável de que as contas do Instituto estão isentas de distorções materiais e de que as operações subjacentes são legais e regulares, além de, com base na sua auditoria, enviar ao Parlamento Europeu e ao Conselho ou outras autoridades de quitação respetivas uma declaração sobre a fiabilidade das contas, bem como a legalidade e regularidade das operações subjacentes. Uma garantia razoável é um elevado grau de garantia, mas não significa que a auditoria irá sempre detetar uma distorção material ou um incumprimento, caso existam. Estes podem resultar de fraudes ou de erros e são considerados materiais se, individualmente ou agregados, for razoável esperar que influenciem as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nestas contas.

12. Uma auditoria implica a execução de procedimentos visando obter provas de auditoria relativas aos montantes e às informações das contas, bem como à legalidade e regularidade das operações subjacentes. Os procedimentos selecionados dependem do juízo profissional do auditor, incluindo uma avaliação dos riscos de distorções materiais das contas e de não conformidade significativa das operações subjacentes com os requisitos do quadro jurídico da União Europeia, devidas a fraudes ou erros. Ao avaliar estes riscos, são examinados os controlos internos aplicáveis à elaboração e adequada apresentação das contas, bem como à legalidade e regularidade das operações subjacentes, a fim de conceber procedimentos de auditoria adequados às circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controlos internos. Uma auditoria implica ainda apreciar se as políticas contabilísticas utilizadas são adequadas e se as estimativas contabilísticas efetuadas pelos gestores são razoáveis, bem como avaliar a apresentação das contas no seu conjunto.

13. Relativamente às receitas, o Tribunal verifica o subsídio concedido pela Comissão e avalia os procedimentos do Instituto para cobrança de taxas e outras receitas, caso existam.

14. No que se refere às despesas, o Tribunal examina as operações de pagamento quando as despesas foram efetuadas, registadas e aceites. Os adiantamentos são examinados quando o destinatário dos fundos apresenta um justificativo da sua devida utilização e o Instituto aceita esse justificativo, procedendo ao apuramento do adiantamento, quer no mesmo exercício, quer posteriormente.

15. Na elaboração do presente relatório e declaração de fiabilidade, o Tribunal teve em consideração o trabalho de auditoria realizado pelo auditor externo independente sobre as contas do Instituto, como estipulado no artigo 208.º, n.º 4, do Regulamento Financeiro da UE ⁽¹⁾.

16. As observações que se seguem não colocam em questão a opinião do Tribunal.

OBSERVAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTAL

17. O nível das dotações autorizadas transitadas relativas ao título III (despesas operacionais) continuou elevado, tendo ascendido a 1,7 milhões de euros, ou 51 % (2015: 2,2 milhões de euros, ou 60 %), essencialmente relacionados com estudos desenvolvidos para além do final do exercício. O Instituto pode considerar a introdução de dotações orçamentais diferenciadas para refletir melhor a natureza plurianual das operações e os atrasos inevitáveis entre a assinatura dos contratos, as entregas e os pagamentos.

OBSERVAÇÕES SOBRE OS CONTROLOS INTERNOS

18. Em 2016, o Instituto lançou um concurso público para um contrato-quadro relativo à manutenção e atualização dos seus instrumentos e recursos de elaboração de estatísticas sobre o género, num montante máximo de 1,6 milhões de euros. O concurso foi dividido em dois lotes, sem indicação do montante por lote. Na sequência de uma questão colocada por um proponente, o Instituto clarificou no seu sítio Internet que o montante máximo por lote estava estimado em 800 000 euros. No entanto, foram assinados dois contratos-quadro separados com o mesmo proponente, num montante máximo de 1,6 milhões de euros por lote e uma opção de aumento posterior dos montantes até 50 % por lote. O Instituto podia assim assinar, durante toda a vigência do contrato-quadro (quatro anos, no máximo), contratos específicos cujo valor total podia ascender a 4,8 milhões de euros, o triplo do montante anunciado no anúncio de concurso. Além disso, a concorrência dos preços no concurso público baseou-se apenas na tarifa diária, e não igualmente no tempo necessário para a realização das tarefas, o que não permitiu identificar e selecionar as propostas economicamente mais vantajosas, nem garantir a otimização dos recursos. Estas insuficiências poderão ter afetado a concorrência. Os pagamentos efetuados em 2016 totalizaram 87 920 euros. Em reação à auditoria, o Instituto celebrou alterações a ambos os contratos-quadro, reduzindo os montantes máximos para 800 000 euros cada (com um aumento potencial até 50 %).

19. O convite à apresentação de propostas no âmbito de um procedimento por negociação com um único proponente para aquisição de serviços de manutenção e apoio de instrumentos informáticos e bases de dados limitou o preço máximo das três realizações definidas em 81 000 euros (excluindo IVA), especificando que qualquer proposta que ultrapassasse este montante seria excluída. O Instituto recebeu uma proposta para duas das três realizações solicitadas e assinou um contrato de serviços pelo valor de 97 410 euros. Os pagamentos efetuados em 2016 totalizaram 73 057 euros.

⁽¹⁾ Regulamento (UE, Euratom) n.º 966/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 298 de 26.10.2012, p. 1).

OBSERVAÇÕES SOBRE A BOA GESTÃO FINANCEIRA E O DESEMPENHO

20. Em janeiro de 2016, o Instituto publicou a sua avaliação externa, que concluiu que as atividades do Instituto estão em consonância com o seu mandato e que a sua administração está relativamente bem classificada em termos de governação e eficiência. No entanto, a avaliação incluiu diversas recomendações tendentes a melhorar o funcionamento do Instituto, designadamente através de uma maior clarificação das prioridades, de uma melhor orientação para as suas realizações, do desenvolvimento de sinergias com agentes externos pertinentes, bem como do reforço da função do seu Conselho de Administração e da clarificação do papel do Fórum de Peritos. O Instituto iniciou a aplicação de um plano de ação para executar as recomendações.

SEGUIMENTO DADO ÀS OBSERVAÇÕES DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES

O *anexo* apresenta uma síntese das medidas corretivas tomadas em resposta às observações do Tribunal relativas aos exercícios anteriores.

O presente relatório foi adotado pela Câmara IV, presidida por Baudilio TOMÉ MUGURUZA, Membro do Tribunal de Contas, no Luxemburgo, na sua reunião de 19 de setembro de 2017.

Pelo Tribunal de Contas

Klaus-Heiner LEHNE

Presidente

ANEXO

Seguimento dado às observações dos exercícios anteriores

Ano	Observações do Tribunal	Fase da medida corretiva (Concluída/Em curso/Pendente/N/A)
2015	O nível de dotações autorizadas transitadas no título III continua elevado, tendo ascendido a 61 % (2014: 54 %). Este resultado deve-se sobretudo à natureza das atividades do Instituto, que envolvem estudos de adjudicação que se prolongam durante vários meses, frequentemente para além do final do ano.	N/A

RESPOSTA DO INSTITUTO

18. As dotações transitadas relativas ao título III continuaram no nível assinalado, em virtude de alterações significativas impostas aos cinco projetos, que implicaram a sua transição para 2017. Dois desses projetos sofreram o impacto dos atrasos da decisão da Presidência do Conselho (após a transição da presidência do Reino Unido para a Estónia) e da morosidade das consultas à Comissão. Outros projetos começaram mais tarde do que o previsto devido aos resultados tardios dos projetos e estudos anteriores em que os novos projetos se baseavam, e em virtude de os candidatos eliminados terem contestado a decisão de adjudicação, o que exigiu a realização de novas avaliações.

O EIGE considera que o facto de, apesar de todas as dificuldades originadas por fatores de força maior, e que afetaram negativamente a execução orçamental do EIGE, o EIGE ter conseguido reduzir o nível de transições operacionais (C1) em mais de 9 % é uma realização digna de nota.

No que respeita às dotações diferenciadas, importa referir que, no passado, o EIGE preteriu a introdução desta abordagem com base no princípio orçamental da anualidade, mas realizará um estudo de viabilidade no sentido de criar uma base sólida para uma decisão futura sobre a eventual utilização de dotações diferenciadas.

19. O Instituto toma nota das observações do Tribunal sobre uma situação que foi originada por um erro administrativo devido ao qual o montante especificado no contrato-quadro para cada lote não foi devidamente corrigido. Os contratos-quadros celebrados não têm impacto orçamental, ambos os lotes foram adjudicados ao mesmo contratante e os candidatos foram devidamente informados durante a fase de apresentação de propostas.

O EIGE preferiu prosseguir com o contrato-quadro único, tendo em conta que o mercado bastante diminuto de concorrência específica limita o número de contratantes qualificados e de qualidade. A solução de um contrato-quadro único forneceu uma garantia mais sólida de qualidade e continuidade para este projeto em particular, que poderia não existir se se tivesse optado por uma abordagem de cascata ou pela reabertura de um concurso com vários contratos-quadros.

Com vista a garantir a conformidade com o princípio da boa gestão financeira, o EIGE procedeu à alteração dos modelos relevantes de especificações técnicas. Entretanto, o EIGE mitigará os riscos através da inclusão de um limite máximo de dias de trabalho nos pedidos futuros de prestação de serviços específicos.

20. O Instituto toma nota das observações do Tribunal. Uma vez que o proponente detém os direitos exclusivos do *software* utilizado pelo EIGE, optou-se por um procedimento por negociação excecional com um único proponente. Durante o procedimento por negociação, foram aplicados ajustes ao pedido original com a inclusão de serviços adicionais que se prevê estarem em consonância com as necessidades acrescidas e a disponibilidade orçamental do EIGE, e devido ao facto de um dos três resultados inicialmente pedidos pelo EIGE não poder ser oferecido pelo proponente.

21. O Instituto toma nota das observações do Tribunal. Foram já implementadas algumas medidas iniciais, nomeadamente a Estratégia de Gestão de Conhecimento e Comunicações 2016-2018, aprovada pelo Conselho de Administração em 18 de maio de 2016, o Documento de Programação Único que inclui medidas pormenorizadas em matéria de comunicação e uma maior monitorização da adesão, e foram estabelecidas, em 2016, linhas de base para a aferição dos indicadores das realizações.